

Área de concentração: Direito do Estado

Subárea: Direito Constitucional

O processo deliberativo e decisório no Supremo Tribunal Federal é complexo. Nem todos os ministros e ministras desempenham o mesmo papel. Além disso, o papel de cada um depende da fase deliberativa em que o processo se encontra.

Um dos participantes em particular pode ter um papel de destaque em alguns momentos: o ministro relator (ou ministra relatora). Analise o papel do relator ou relatora no processo deliberativo e decisório no STF a partir de duas perspectivas distintas: substancial e temporal.

Do ponto de vista *substancial*, avalie sobretudo se o voto do relator ou relatora: (1) ocupa uma posição privilegiada; (2) é um voto como outro qualquer; ou (3) pode tanto ocupar uma posição privilegiada quanto ser um voto com importância semelhante àquela dos demais, a depender da questão a ser decidida e de seu contexto. Justifique sua resposta e, caso entenda que a importância do voto do relator ou da relatora depende do caso a ser decidido e de seu contexto, explique que circunstâncias poderiam fazer com que esse voto tenha papel mais relevante e quando sua importância tende a ser mitigada.

Do ponto de vista *temporal*, explique brevemente como o relator ou a relatora pode influir no andamento do processo deliberativo e decisório, e compare esse poder de influência com aquele que os seguintes participantes podem ter: (a) a presidência do tribunal e (b) os ministros e ministras vogais (isto é, que não são relatores).

Importante: As respostas às questões devem ter como pano de fundo um cenário de normalidade, no qual a maioria das decisões coletivas do STF são tomadas presencialmente, no plenário ou nas turmas. Ao final, no entanto, indique brevemente se sua análise teria que ser alterada caso o STF mantenha a competência ampla do chamado “plenário virtual” mesmo após um eventual fim da pandemia de COVID-19.

